

Termo de Referência 37/2024

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
37/2024	510181-SUPERINTENDENCIA REGIONAL SUL	JULIANA DA SILVA	03/06/2024 16:33 (v 2.1)
Status			
PUBLICADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo	1/2024	35014.471379/2023-69

1. Definição do objeto

CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Trata-se de Registro de Preços visando futura aquisição de material de consumo da linha de suprimentos de informática - suprimentos para impressoras Samsung M 4020ND e SL M 4080FX e para scanner Fujitsu Modelos fi-6230Z e fi-6230 - para atendimento das necessidades das unidades do INSS vinculadas à Superintendência Regional Sul - SRSUL e outras unidades do INSS interessadas, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

SR	Item	Código SIASG	Descrição do item	Unidade medida	Quantidade Máxima	Valor Unitário Máximo	Valor Total Máximo
SRSUL	1	433927	CONJUNTO FUSOR ORIGINAL P IMPRESSORA SAMSUNG M 4020ND E SL M 4080FX REF. JC9101023A-90.000 PÁG.	Conjunto	115	R\$ 624,74	R\$ 71.845,10
	2	386233	PICK ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0002	Conjunto	781	R\$ 225,75	R\$ 176.310,75
	3	386232	BRAKE ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0001	Conjunto	781	R\$ 196,87	R\$ 153.755,47
	4	402403	FEED ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540	Conjunto	781	R\$ 442,12	R\$ 345.295,72
SRSE-I	5	433927	CONJUNTO FUSOR ORIGINAL P IMPRESSORA SAMSUNG M 4020ND E SL M 4080FX REF. JC9101023A-90.000 PÁG.	Conjunto	381	R\$ 624,74	R\$ 238.025,94
	6	386233	PICK ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0002	Conjunto	470	R\$ 225,75	R\$ 106.102,50
	7	386232	BRAKE ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0001	Conjunto	470	R\$ 196,87	R\$ 92.528,90
	8	402403	FEED ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540	Conjunto	470	R\$ 442,12	R\$ 207.796,40
SRSE-III	9	433927	CONJUNTO FUSOR ORIGINAL P IMPRESSORA SAMSUNG M 4020ND E SL M 4080FX REF. JC9101023A-90.000 PÁG.	Conjunto	70	R\$ 624,74	R\$ 43.731,80
	10	386233	PICK ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0002	Conjunto	70	R\$ 225,75	R\$ 15.802,50
			BRAKE ROLLER PARA SCANNER FUJITSU				R\$

	11	386232	FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0001	Conjunto	70	R\$ 196,87	13.780,90
	12	402403	FEED ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540	Conjunto	70	R\$ 442,12	R\$ 30.948,40
SRNE	13	433927	CONJUNTO FUSOR ORIGINAL P /IMPRESSORA SAMSUNG M 4020ND E SL M 4080FX REF. JC9101023A-90.000 PÁG.	Conjunto	117	R\$ 624,74	R\$ 73.094,58
	14	386233	PICK ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0002	Conjunto	10	R\$ 225,75	R\$ 2.257,50
	15	386232	BRAKE ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0001	Conjunto	10	R\$ 196,87	R\$ 1.968,70
	16	402403	FEED ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540	Conjunto	10	R\$ 442,12	R\$ 4.421,20
SRNCO	17	433927	CONJUNTO FUSOR ORIGINAL P /IMPRESSORA SAMSUNG M 4020ND E SL M 4080FX REF. JC9101023A-90.000 PÁG.	Conjunto	135	R\$ 624,74	R\$ 84.339,90
	18	386233	PICK ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0002	Conjunto	820	R\$ 225,75	R\$ 185.115,00
	19	386232	BRAKE ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0001	Conjunto	820	R\$ 196,87	R\$ 161.433,40
	20	402403	FEED ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540	Conjunto	820	R\$ 442,12	R\$ 362.538,40
Total							R\$ 2.371.093,06

- 1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4. O prazo de vigência da contratação é de 180 (cento e oitenta) dias contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. Fundamentação da contratação

FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024, conforme documento de formalização da demanda nº 179/2023 - documento SEI (SEI 14307157), contratação 510181 - 1/2024.

3. Descrição da solução

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

4. Requisitos da contratação

Especificação Técnica:

4.1. Suprimentos para impressoras Samsung M 4020ND e SL M 4080FX e para scanner Fujitsu Modelos fi-6230Z e fi-6230.

4.1.1. Nesta licitação somente serão aceitos suprimentos, 100% novos, de 1º uso, conforme descrição/especificação contida no item 1.1 deste Termo de Referência, anexo I ao Edital.

4.1.2. O material de consumo, objeto do presente Termo de Referência, é um produto comum, ofertado por várias empresas fornecedoras, com especificações usuais no mercado nacional.

Sustentabilidade:

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam na 6ª edição do Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

4.2.2. que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil- polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

4.2.3. A empresa deverá observar as normas de sustentabilidade ambiental previstas pelo Decreto 7.746/2012, se necessário.

4.2.4. A logística reversa é de responsabilidade da licitante, devendo ela obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final, inclusive de embalagens dos produtos utilizados. Dentre as normas da legislação obrigatória a ser seguida, destacam-se: o Decreto nº 10.936, de 12 de janeiro de 2022, a IN/SLTI/MP nº 1, de 19 de janeiro de 2010, e o Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012.

4.2.5. A empresa contratada deverá fornecer o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos ou Declaração de Sustentabilidade Ambiental, comprovando a correta destinação dos produtos usados e o pleno atendimento à legislação anteriormente citada.

4.2.6. A empresa contratada deve apresentar semestralmente (no máximo), declaração confirmando o recebimento dos produtos já utilizados e respectivas embalagens dos equipamentos, para fins de reaproveitamento no ciclo produtivo das próprias empresas, em outros ciclos – como cooperativas de reciclagem ou outra destinação final ambientalmente adequada. A periodicidade desse recolhimento deverá ser acordada com o órgão contratante, de forma a não deixar acumular os materiais utilizados sem serventia nas dependências das instituições públicas.

Subcontratação

4.3. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.4. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, por se tratar de aquisição de bens de consumo e com pagamento posterior a entrega.

4.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5. Modelo de execução do objeto

Condições de Entrega

5.1. O prazo de entrega dos bens é de até 20 (vinte) dias, contados da assinatura do contrato, em remessa única, diretamente nos municípios das unidades indicados a seguir e nas quantidades abaixo:

--	--	--	--	--

SR	Item	Descrição do item	Município da Entrega (Quantidade):	Quantidade total do item
SRSUL	1	CONJUNTO FUSOR ORIGINAL P /IMPRESSORA SAMSUNG M 4020ND E SL M 4080FX REF. JC9101023A-90.000 PÁG.	Canoas/RS (65), Caxias do Sul/RS (50)	115
	2	PICK ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0002	Canoas/RS (45), Cascavel/PR (50), Caxias do Sul/RS (30), Chapecó/SC (45), Criciúma/SC (35), Curitiba/PR (55), Florianópolis/SC (37), Ijuí/RS (45), Joinville/SC (35), Londrina/PR (44), Maringá/PR (30), Novo Hamburgo/RS (45), Passo Fundo/RS (35), Porto Alegre/RS (55), Blumenau/SC (40), Pelotas/RS (35), Ponta Grossa/PR (50), Santa Maria/RS (40), Uruguaiana/RS (30)	781
	3	BRAKE ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0001	Blumenau/SC (40), Caxias do Sul/RS (30), Criciúma/SC (35), Curitiba/PR (55), Florianópolis/SC (37), Ijuí/RS (45), Joinville/SC (35), Londrina/PR (44), Maringá/PR (30), Novo Hamburgo/RS (45), Passo Fundo/RS (35), Pelotas/RS (35), Ponta Grossa/PR (50), Santa Maria/RS (40), Uruguaiana/RS (30), Canoas/RS (45), Cascavel/PR (50), Chapecó/SC (45), Porto Alegre/RS (55)	781
	4	FEED ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540	Blumenau/SC (40), Canoas/RS (45), Cascavel/PR (50), Caxias do Sul/RS (30), Chapecó/SC (45), Criciúma/SC (35), Florianópolis/SC (37), Ijuí/RS (45), Londrina/PR (44), Maringá/PR (30), Novo Hamburgo/RS (45), Passo Fundo/RS (35), Pelotas/RS (35), Santa Maria/RS (40), Uruguaiana/RS (30), Curitiba/PR (55), Joinville/SC (35), Ponta Grossa/PR (50), Porto Alegre/RS (55)	781

5.1.1. Os endereços completos das unidades da SR Sul (órgão gerenciador) estão indicados no Anexo I do ETP.

5.1.2. Com relação aos órgãos participantes, segue abaixo a estimativa de quantidades a serem adquiridas e os municípios para entrega:

SR	Item	Descrição do item	Município da Entrega (Quantidade):	Quantidade total do item
SRSE-I	5	CONJUNTO FUSOR ORIGINAL P /IMPRESSORA SAMSUNG M 4020ND E SL M 4080FX REF. JC9101023A-90.000 PÁG.	São Paulo/SP	381
	6	PICK ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0002	São Paulo/SP	470
	7	BRAKE ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0001	São Paulo/SP	470
	8	FEED ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540	São Paulo/SP	470
SRSE-III	9	CONJUNTO FUSOR ORIGINAL P /IMPRESSORA SAMSUNG M 4020ND E SL M 4080FX REF. JC9101023A-90.000 PÁG.	Rio de Janeiro/RJ (20), Duque de Caxias/RJ (10), Campos dos Goitacazes/RJ (10), Niterói/RJ (10), Petrópolis/RJ (10), Volta Redonda/RJ (10)	70
	10	PICK ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0002	Rio de Janeiro/RJ (20), Campos dos Goitacazes/RJ (10), Duque de Caxias/RJ (10), Niterói/RJ (10), Petrópolis/RJ (10), Volta Redonda/RJ (10)	70
	11	BRAKE ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0001	Rio de Janeiro/RJ (20), Campos dos Goitacazes/RJ (10), Duque de Caxias/RJ (10), Niterói/RJ (10), Petrópolis/RJ (10), Volta Redonda/RJ (10)	70

	12	FEED ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540	Rio de Janeiro/RJ (20), Campos dos Goitacazes/RJ (10), Duque de Caxias/RJ (10), Niterói/RJ (10), Petrópolis/RJ(10), Volta Redonda/RJ (10)	70
SRNE	13	CONJUNTO FUSOR ORIGINAL P /IMPRESSORA SAMSUNG M 4020ND E SL M 4080FX REF. JC9101023A-90.000 PÁG.	Recife/PE	117
	14	PICK ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0002	Recife/PE	10
	15	BRAKE ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0001	Recife/PE	10
	16	FEED ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540	Recife/PE	10
SRNCO	17	CONJUNTO FUSOR ORIGINAL P /IMPRESSORA SAMSUNG M 4020ND E SL M 4080FX REF. JC9101023A-90.000 PÁG.	BRASÍLIA/DF	135
	18	PICK ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0002	BRASÍLIA/DF	820
	19	BRAKE ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540-0001	BRASÍLIA/DF	820
	20	FEED ROLLER PARA SCANNER FUJITSU FI-6230/FI-6230Z SÉRIES, REF. PA03540	BRASÍLIA/DF	820

5.1.2.1. Os endereços completos de entrega e as quantidades serão informados no momento da elaboração do contrato, respeitando os municípios indicados acima para o item a ser contratado.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.2. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, 12 (doze) meses para os itens de suprimentos para impressoras Samsung M 4020ND e SL M 4080FX e no mínimo, 03 (três) meses para os itens de suprimentos para scanner Fujitsu Modelos fi-6230Z e fi-6230, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

5.3. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.4. Na fase de aceitação, o licitante detentor do melhor lance, deverá apresentar Declaração de Responsabilidade, conforme o ANEXO IV do Edital, declarando ser responsável pelos danos causados aos equipamentos do INSS (nos termos citados abaixo), em virtude da utilização de seu produto.

5.4.1. A empresa ficará responsável pelo conserto dos equipamentos, nos casos em que ficar comprovado que o problema constatado no equipamento deve-se à utilização do insumo fornecido pela empresa.

5.4.2. Após identificado o problema, o INSS notificará a empresa, que terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para apresentar defesa, devendo esta ser realizada por meio de laudo técnico emitido por empresa especializada na área (manutenção e conserto de equipamentos de informática) e/ou autorizada da fabricante do equipamento.

5.4.3. A decisão com relação à responsabilidade do conserto dos equipamentos caberá à Administração que poderá solicitar outros documentos e esclarecimentos, além dos laudos apresentados, para embasar sua decisão.

5.4.4. Caso seja constatada que a responsabilidade do conserto cabe à empresa fornecedora do consumível, esta será responsabilizada pelo conserto que deverá ser realizado pela empresa de assistência técnica do INSS ou por autorizada da marca do equipamento. Na impossibilidade da responsável efetuar o conserto e o pagamento diretamente à assistência técnica do INSS ou à autorizada da marca do equipamento, o pagamento do referido conserto dar-se-á por GRU, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis após a notificação.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros

Fiscalização

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

Fiscalização Técnica

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI](#));

6.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#), e [Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II](#));

6.7.2. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III](#));

6.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV](#)).

6.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V](#)).

6.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII](#)).

Fiscalização Administrativa

6.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

6.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV](#)).

Gestor do Contrato

6.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV](#)).

6.10. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II](#)).

6.11. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III](#)).

6.12. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII](#)).

6.13. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. ([Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X](#)).

6.14. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.15. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. Critérios de medição e pagamento

Recebimento

7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 5 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

7.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

7.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

7.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.7. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

7.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.9. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de até dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.9.1. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.10. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.10.1. o prazo de validade;
- 7.10.2. a data da emissão;
- 7.10.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.10.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.10.5. o valor a pagar; e
- 7.10.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.11. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.12. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.13. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

7.14. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.15. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.16. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.17. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.18. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.19. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.20. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.21. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.22. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.22.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

7.24. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na [Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020](#), conforme as regras deste presente tópico.

7.24.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

7.25. A eficácia da cessão de crédito não abrangidas pela Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de julho de 2020, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

7.26. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL- 01, de 18 de maio de 2020.

7.27. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração. (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 53, DE 8 DE JULHO DE 2020 e Anexos).

7.28. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do contratado.

8. Critérios de seleção do fornecedor

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será integral.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor> ;

8.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

8.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *Estadual/Distrital* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *Estadual/Distrital* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.21. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.22. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.23. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.23.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.23.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura;

8.23.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

8.23.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

8.24. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação capital mínimo de 10 % do valor total estimado da parcela (item) pertinente.

8.25. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

8.26. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.26.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.26.1.1. fornecimento de material igual ou semelhante no quantitativo de, no mínimo, 30% (trinta por cento) das unidades a serem fornecidas por item nesta licitação.

8.26.2. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.26.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

8.26.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.26.5. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

8.26.6. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor (es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

8.27. Caso admitida a participação de cooperativas, será exigida a seguinte documentação complementar:

8.27.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;

8.27.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;

8.27.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

8.27.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;

8.27.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

8.27.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da licitação;

8.27.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

9. Estimativas do Valor da Contratação

Valor (R\$): 2.371.093,06

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 2.371.093,06 (dois milhões, trezentos e setenta e um mil, noventa e três reais e seis centavos), conforme custos unitários apostos na tabela constante do subitem 1.1 deste Termo de Referência.

9.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):

9.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

9.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

9.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

9.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

10. Adequação orçamentária

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

10.2. Por se tratar de Sistema de Registro de Preços, a indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

11. Modelo do TR

11.1. Este documento utilizou como base o seguinte modelo da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União:

Termo de Referência Aquisições – Licitação – Modelo para Pregão Eletrônico;
Atualização: dezembro/2023;
Aprovado pela Secretaria de Gestão;
Identidade visual pela Secretaria de Gestão (versão dezembro/2022).

12. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543](#),

[de 13 de novembro de 2020.](#)

Despacho: 14283776

JULIANA DA SILVA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2024 às 16:33:13.

Despacho: 14283776

ALESSANDRA MUSSI DA SILVA

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 03/06/2024 às 16:30:24.